



## **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

### **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

#### **Ata da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas.**

Às 9h30, do dia 10 de outubro de 2011, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, após constatado o quórum, deu-se início à 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Antônio Carlos Hummel, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro e Vice-Presidente da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Antônio Carlos Hummel (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Ricardo Melamed (Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT), Cel José Leonardo Maniscalco (Ministério da Defesa – MD), Marcos Antônio P. de Oliveira da Silva (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Margarete Campos Rebouças (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Jeison Alflen (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), Celso Paulo Azevedo (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), Antônio Ademir Stroski (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema), Fernando Castanheira Neto (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Benony Pereira Mamede (Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e da Madeira filiados à CUT – COMTICOM), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF), José Rubens Pereira Gomes (Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) e José de Arimatéa Silva (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC). Também estiveram presentes Paulo Maier, representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, e Mariana Ribeiro Balieiro, representante do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo, além dos Diretores do Serviço Florestal Brasileiro, Marcus Vinicius da Silva Alves, Cláudia de Barros e Azevedo Ramos e Joberto Veloso de Freitas.

**O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA (SBPC)** – Identifica-se como Professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e novo indicado como titular pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

**O SR. BENONY PEREIRA MAMEDE (CONTICOM)** – Identifica-se como Diretor de Organização da CONTICOM e novo indicado como titular por esta Confederação.

**O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA)** – Identifica-se como Presidente do órgão estadual de meio ambiente do Amazonas, o IPAAM, e novo representante titular da ABEMA.

**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (CNI)** – Registra que essa é a sua última participação em reuniões da CGFLOP, pois assumirá um cargo na Secretaria de Assuntos Estratégicos.

**O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (SFB)** – Apresenta-se como Diretor de Informações e Pesquisa Florestal do SFB. É Professor da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, cedido ao MMA.

**A SR<sup>a</sup>. CLAUDIA RAMOS (SFB)** – Informa que era Diretora de Informações Florestais e agora responde pela Diretoria de Fomento e Inclusão, cuidando também do manejo florestal comunitário e familiar.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Apresentados os novos membros, foi aprovada a ata da 22<sup>a</sup> Reunião Ordinária da CGFLOP e marcada a 24<sup>a</sup> Reunião para 7 de dezembro de 2011, com pauta a ser definida oportunamente.

**O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB)** – Apresentação do Tema de Pauta 1, Extrato dos editais de concessão florestal de Saracá II e Jacundá; e Tema de Pauta 2, Balanço da produção na Floresta Nacional do Jamari, disponíveis no *site* do Serviço Florestal Brasileiro – [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br).

**O SR. JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** – Há hoje o indicativo de rendimento de Jamari?

**O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB)** – Rubens, o primeiro ano terminou com eles praticamente trabalhando com o que seria o valor mínimo anual, o que seria 30% do potencial produtivo estimado no edital, que seria em torno dos 50% do potencial produtivo efetivo, real. A avaliação, é que do ponto de vista de gerar referências de operações, boas operações, utilizando boas práticas, do ponto de vista técnico e trabalhista, nós conseguimos ter bastante êxito. Agora falta uma preocupação realmente de termos uma abordagem um pouco mais focada na parte de viabilidade econômica. O processo tem que ser viável para que consigamos ter um conjunto de interessados. O custo benefício para o Estado é amplamente favorável em termos de gastos com monitoramento comparado com a entrada de mais de um milhão de reais este ano. O posicionamento do próprio Governo não tem a intenção de que isso gere lucro, o importante é que gere desenvolvimento, empregos e atividade econômica de forma sustentável.

**O SR. JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** – Eu gostaria de saber também como anda o processo de demarcação do quilombo que culminou na paralisação do primeiro lançamento em Saracá-Taquera.

**O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB)** – Na realização do primeiro edital, nós trabalhamos com os quilombolas. Existe a antiga reivindicação para o reconhecimento do território quilombola no Rio Trombetas, ao norte da floresta nacional de Saracá e algumas outras comunidades que estão localizadas dentro da reserva biológica do Trombetas. Do ponto de vista das comunidades quilombolas, nós temos muita tranquilidade em relação ao que nós construímos com eles, até aonde as nossas competências nos permitiram avançar. Obviamente que a reivindicação deles permanece.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Foi firmado o termo de compromisso que o Serviço Florestal está cumprindo integralmente com relação ao tamanho da área onde as populações quilombolas estariam inseridas. Mas, recentemente, o juiz do TRF nos pediu mais informações. Nós fomos ao INCRA para nos informar sobre a situação dos processos, porque essa é uma atividade ligada à atuação do INCRA. Essas populações quilombolas também precisam de um processo via Fundação Palmares.

**O SR. PAULO MAYER (ICMBio)** – Existe um conjunto de Unidades de Conservação que tem sobreposição com territórios de populações tradicionais. Recentemente, a Ministra criou um grupo de trabalho que tem como objetivo criar uma estratégia comum para nós fazermos o enfrentamento. No caso das Florestas Nacionais, tem um problema de ordem legal: os territórios quilombolas precisam ser intitulados coletivamente, em nome da organização que representa os quilombolas, e esta categoria de Unidade de Conservação prevê que as áreas sejam de domínio da União. Eu acho que para o SFB o mais importante é que, na lógica da estratégia de uso de recurso, o acordo que foi construído com a comunidade permitiu fazer um afastamento da área de uso da comunidade da área de concessão.

**O SR. JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** – Não estando a Fundação Palmares ainda dentro do processo, significa dizer que nós estamos na estaca zero. É uma nova informação para mim e acho que tenho que retomar o contado com eles. Na realidade, queremos que o processo de concessão seja implementado, mas também queremos que o reconhecimento das nossas populações ande.

**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (CNI)** – Nós ficamos muito preocupados. Já falamos na última reunião a respeito da preocupação sobre o rito da concessão, sobre o recado que nós estamos passando, não só para o setor privado, mas para todo mundo que tem o olho na concessão como o futuro disso para o País. E eu, não só como representante setorial, mas como observador, vejo claramente que o recado que estamos dando é o pior possível. Há toda uma articulação de florestas plantadas, mas o ritmo da concessão é extremamente lento. Nós passamos já cinco anos da Lei de Gestão de Florestas Públicas. A

primeira concessão, Jamari, com uma produção ainda ínfima. Eu concordo também e está difícil para nós em termos de equipe. E dou o exemplo, agora, da questão de Sacará. Nós estamos parados praticamente há 4 meses. Não é crítica pessoal e muito menos às instituições, mas é um grito de grupo. Nós como setor, fazendo a *mea culpa*, conversamos com o Marcos Vinícius: o setor é muito ausente, sofreu muito com a crise 2008, institucionalmente o setor está fraco e o setor de nativas, mais ainda. Porque os nossos principais mercados consumidores Europa e Estados Unidos não precisa nem falar como é que estão. E eu queria ver, Marcelo, você falou do rito, essa questão de 2012, você está considerado quais “*sine qua nons*” na história? O que precisa para sair ano que vem?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (MMA/SBF)** - A Administração Pública não nos permite, não digo antecipar o processo, mas dar um dinamismo, ou seja, dar uma resposta a isso. Nós fizemos essa análise, conversamos com o presidente do IBAMA e a levamos para a ministra. Você tem três instituições federais envolvidas com o tema (SFB, ICMbio e IBAMA) e já foram feitas várias análises bastante críticas sobre essa governança, inclusive aqui na CGFLOP. Já está em atividade um grupo de trabalho do SFB com o IBAMA para tentar criar um marco legal específico para manejo florestal nas concessões. Haverá uma portaria conjunta assinada pela Ministra, por mim e pelo Presidente do IBAMA na qual terá um processo de compartilhamento dessas ações, ou seja, dar um foco à análise dos PMFS e à elaboração de novas normas. Realmente, o processo está sendo muito demorado. Em função dessas questões de EIA/RIMA, acho que está mais ou menos pacificado, mas o processo não estava bem orientado. Temos que ter o entendimento jurídico, os processos de concessão florestal, do manejo florestal, não tem que passar em jurídico nenhum, pois haverá o parecer técnico de que atividade de manejo florestal não é de grande impacto ambiental. É isso que a Procuradoria-Geral do IBAMA vai fazer. Então eu acho que o grande recado para o setor produtivo que tem que dar com relação a essa coisa tem que se mobilizar.

**O SR. BENONY PEREIRA MAMEDE (CONTICOM)** – Para vocês terem uma ideia, só de borboletas nós temos 1.800 espécies, 1.800 espécies de aves e 427 espécies de mamíferos na floresta. A minha pergunta é se está sendo feito um estudo antes, durante ou depois. Porque eles são importantes na recuperação da floresta.

**A SRª. CLAUDIA RAMOS (SFB)** – Em relação à manutenção de biodiversidade em áreas de floresta de produção, a maioria dos estudos que agora começam a se acumular no mundo inteiro, principalmente nas florestas tropicais, indicam que o manejo florestal feito com as técnicas de baixo impacto, que é o que nós utilizamos nas concessões florestais, tem o impacto mínimo sobre a biodiversidade. Antes de vir para o Serviço Florestal, eu sou da academia, estou ligada à universidade. Minha área de pesquisa era justamente avaliar impacto de extração madeireira sobre a biodiversidade e nós fizemos muitos estudos no Amazonas. A minha equipe foi inclusive uma das pioneiras nesses estudos no Brasil e em todas as áreas que nós estudamos, nós constatamos a mesma coisa: que em áreas onde o manejo florestal é utilizado o impacto é mínimo porque, para você ter um idéia, nós estamos falando de um hectare onde

you have more or less 600 trees and these, in management, you will cut four or five. It is possible to imagine that if you cut four and five and still with all the techniques to avoid impact, really this effect will be very low when it is done right. In the specific case of forest concessions, and we know that this is a concern of society, all our monitoring part has a protocol for evaluation of the impact of the fauna before the concessions arrive and throughout the whole process of the contract. Associated to this, in the concession areas, we also incentivize research.

**O SR. NILSON ANTÔNIO CARVALHO (MPOG/SPI)** - Marcelo, for comprehension of a layman on the subject, about this question of monitoring, how is this monitoring done, this fiscalization? In what form is this disclosed? And Marcelo mentioned some indicators that address three dimensions, environmental, social and in the economic aspect. How is this going to be accompanied? What instruments do you use to do this accompaniment and the disclosure of this?

**O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB)** - The indicators constitute contractual clauses of fulfillment, they are very objective. They commit the concessionaire, for example, to generate no more than a certain percentage of damage. So we adopt a methodological base and we have field verification activities. This generates reports and they are part of our administrative process and they are also information that is disclosed to the public. Annually we do the verification, despite the fact that some indicators generate the obligation to send us information and documents monthly, such as the number of jobs. There is also bonification within the contract criteria for those who reach forest certification.

**O SR. CELSO PAULO DE AZEVEDO (EMBRAPA)** - This grouping of the species is only from an economic point of view? What are the criteria to establish these groups or what variables are used to establish these groups?

**O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB)** - Celso is a strictly commercial grouping, we do not take into account the ecological characteristics of the species and none of its attributes. We base ourselves on the surveys that are carried out together with the companies, based on this we have a set of data, of prices that are the current prices in the market for each species and with this we do an analysis and we group by price intervals.

**O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA)** - Many know the question of populated areas that have more than 50 sawmills and all of them work with wood whose documentation is just a facade. And there is a city that is already consolidated. This is a concern that we have and a scenario that creates another difficulty: 70% of the territory of the State of Amazonas is federal land and only 30% is state land. The land question has to be well defined and clear, otherwise it will not prosper, it will not be licensed. So the supply

é com madeira aparentemente de origem legal, e não é. Então eu digo que tenho um certo otimismo com relação às áreas que já têm concessões previstas.

Qual é a previsão também de estudos, já uma coisa em andamento com relação às concessões dentro do Estado do Amazonas?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF)** - Agora o que é preciso lá é ter uma decisão política de ter essa concessão florestal, principalmente em Maués que já tem bastante estudo e tudo mais. Se não se organiza o Estado para oferecer áreas onde se tenha segurança fundiária e segurança para trabalhar, favorece o processo de ilegalidade é muito forte e difícil de controlar. O que está correndo é um acordo de cooperação entre Serviço Florestal e Governo do Amazonas, que eu espero que assinemos rapidamente para fomentar a concessão florestal no Estado do Amazonas. Com relação às comunidades tradicionais, temos conversado isso com o ICMBio, a questão da própria governança local isso tem que ser trabalhado, nós não podemos de forma nenhuma aceitar aquele velho chavão que também é extremamente atual ainda e diz que é muito mais fácil eu derrubar a floresta, desmatar a floresta do que plantar árvores do que fazer manejo floresta. Eu acho que nós, gestores, temos que dar esse salto de qualidade.

**O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA (SBPC)** – Eu queria só confirmar com o Marcelo com relação à questão das concessões se de fato foram duas e na linguagem dos economistas que estão rodando até agora. Está rodando o Jamari que é a primeira e a segunda é Saracá-Taquera, e depois tem mais duas que estão em processo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Temos duas concessões que têm contrato assinados, Jamari e Saracá-Taquera. E temos mais 5 áreas que já têm pré-editais e Consulta Pública, estão em fase de conclusão este ano: Jacundá, em Rondônia; Amana, Crepori, Saracá II e Altamira no Pará.

**O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA (SBPC)** – Tenho rodado bastante pelo Nordeste e Norte e o que observamos é que há um interesse bastante grande dos Estados em dar início ao processo de concessão. Tivemos várias coisas acontecendo simultaneamente nos últimos 5 anos no Brasil. Temos um processo de acomodação que vai demorar um pouco. Eu acho que, no plano federal, institucionalmente vão ter que se alinhar com uma área específica para tratar das concessões, tratarem da gestão das florestas públicas. Num primeiro momento, na minha visão, as concessões funcionam muito mais como um instrumento administrativo, ajudando a ordenar a questão do espaço. De fato elas só vão funcionar como instrumento econômico no momento em que elas estiverem influenciando na oferta de madeira. Aí sim nós podemos pensar em fazer estudos de viabilidade econômica porque daí você vai ter um componente econômico sendo considerado.

**A SR<sup>a</sup>. CLAUDIA RAMOS (SFB)** – O Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar foi instituído por Decreto em 2010 a partir de uma demanda do movimento social que sentia falta de uma

política voltada para esse setor. Após um evento que aconteceu no Acre com a presença da Ministra Marina Silva, esse grupo pleiteou uma política nacional. A Ministra Marina instituiu, dentro da Comissão Nacional de Florestas, CONAFLOR, um Grupo de Trabalho para pensar essa política. A gestão do programa é feita através de um grupo gestor com 3 representantes do MMA e 3 representantes do MDA. Desde a formulação do Decreto nós já tivemos dois planos anuais 2010 e 2011.

**A SR<sup>a</sup>. ELISÂNGELA JANUÁRIO (Gerente de Florestas Comunitárias do SFB)** – Apresentação sobre o Resultado do Planejamento Estratégico do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar para o período de 2012 a 2015 disponível no *site* do Serviço Florestal Brasileiro – [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br).

**O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA)** – Quero fazer um comentário em cima do diagnóstico feito, em que o grande destaque foi a questão da qualidade da assistência técnica. No órgão estadual do Amazonas, descontando a questão fundiária, esse é um grande problema. São coisas elementares na qualidade do serviço, e que nós não conseguimos superar. Esse entrave do licenciamento dos planos comunitários, logo que ele começa a aparecerem, as comunidades tem, realmente, declínio, desistem, abrem mão e vão para o caminho da ilegalidade. Isso é uma coisa rotineira que nós observamos.

**O SR. JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** – Eu estava na reunião do CONAFLOR com a Ministra Marina, como membro do movimento social, quando propusemos construir a Lei de Gestão de Florestas Públicas e fazer o envolvimento do movimento social com o setor produtivo, academia e diversos. Nós queríamos ser atendidos dentro das nossas necessidades, motivar o movimento social, sentar com o setor florestal, não era uma tarefa muito simples, considerando que boa parte de violência na floresta é oriunda da supressão da madeira. Conseguimos colocar um escopo socioambiental, criar um processo de gestão com mais amplitude, pensando não só na concessão. No Cadastro Nacional de Floresta, 60% das florestas públicas já são destinadas a uso comunitário. É um volume estrondoso de patrimônio da União, da população brasileira, que já está destinada. Mas não tem uma política pública robusta. Nós não precisamos convencer a população que está na floresta, que tem regras, que tem que fazer direito. Eles querem fazer, só não têm chance. Na análise do grupo, lamentavelmente, eu não vim porque eu estava com outra agenda, mas tem um outro aspecto. Dentro da análise, eu não concordo que não houve controle social, que não houve acompanhamento social. O GTA é uma organização com mais de 150 organizações. Estamos o tempo todo em cima desse processo, discutindo, brigando, tentando fazer com que as populações que estão nas florestas sejam incluídas nesse processo do manejo e acompanhando isso. Nós não deixamos de fazer o trabalho que tínhamos que fazer.

**O SR. MARCOS ANTÔNIO SILVA (MPOG)** - Vou fazer um pequeno histórico do que aconteceu nesse primeiro semestre no Ministério do Planejamento com os outros Ministérios. O Governo Federal tem a obrigação de encaminhar até o dia 31 de agosto ao Congresso Nacional o que nós chamamos de Plano Plurianual, que foi bastante discutido com os Ministérios. A função dele é basicamente de ser o principal

instrumento de planejamento do Governo e de orientar a elaboração do orçamento. Discutindo com o Ministério do Meio Ambiente, acabou sendo criado um programa especificamente de floresta e desmatamento. Nesse momento, estamos discutindo com a Ministra do Planejamento de que maneira vamos criar instrumentos para monitorar e avaliar esse plano. É uma expectativa muito grande da Ministra e da Presidenta da República que em comissões como esta se dê o processo de monitoramento de avaliação do plano. Um dos tópicos que nós temos que trabalhar é exatamente essa questão do fortalecimento das instituições para dar conta das metas e das iniciativas no plano previsto.

**A SRª. CLÁUDIA RAMOS (SFB)** – Eu queria fazer quorum ao levantamento da face positiva do problema, Rubão. Esse é um processo de aprendizado e esse público é, em especial, um com que o Governo tem dificuldades no tratamento. No caso do manejo florestal comunitário, os principais instrumentos para atingir esse público estão no MDA, que é um órgão que, tradicionalmente, não trabalha com floresta. O crédito florestal e a assistência técnica estão no MDA. Grande parte a parte do licenciamento ambiental e a regularização fundiária tem a ver com INCRA, que também é um órgão do MDA. Então, quer dizer, eu acho que nós estamos passando por uma fase onde você tem que trazer aquela *mea culpa* também dos órgãos em relação ao seu papel e as suas ações para determinados públicos. E o programa está provocando esse repensar dentro do Governo. Obviamente que isso, para quem tem pressa, não tem muito resultados imediatos, mas tem os resultados a médio e longo prazo que vão ser muito benéficos para essa gestão e para esse público em especial. Em relação ao controle social, eu acho o que GTA participa muito e o Rubens, em especial. Assim como nós fazemos a nossa meia culpa de que o Governo tem esses problemas de gestão sérios, edênicos e que eles começam a atrapalhar tanto que não dá mais, tem que ser resolvido, nós percebemos a mesma coisa na sociedade civil. Na hora de se reunir em relação a pontos comuns, a sociedade civil também tem os seus problemas. Este é um momento em que nós estamos aprendendo.

**O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (ABEMA)** – Eu só queria fazer uma ponderação com relação à questão dos órgãos ambientais estaduais. Existem diferentes extratos nessa qualidade, que é, na verdade, o resultado de que os órgãos ambientais estaduais estão subordinados ao comando político dos seus respectivos governos estaduais e aí o reconhecimento da importância do órgão estadual e de que, dentro de sua política, são distintos. Por isso, o papel fundamental da ABEMA. Estamos fazendo uma instrução de melhoria do órgão ambiental do Amazonas com a informatização do sistema de licenciamento. Estabelecemos quais serão os primeiros escritórios regionais em cinco cidades-pólo: Tabatinga, Tefé, Parintins, Boca do Acre e Humaitá. Isso vai facilitar a vida também dessas pessoas. Também estamos aprimorando a legislação estadual.

**O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA (SBPC)** – Como é que seria o processo de articulação institucional desse programa federal com os estados, tendo em vista que agora a gestão florestal foi descentralizada? A gestão o programa é do Serviço Florestal?



**A SR<sup>a</sup>. ELISANGELA JANUÁRIO (SFB)** - A gestão é através desse comitê gestor, formado pelos três membros do MDA e três membros do MMA. A Secretaria-Executiva é do Serviço Florestal. Esses membros se reúnem, são pactuadas quais seria as ações para aquele ano e vem com os recursos que cada um pode colocar. Nos anos anteriores houve um foco em áreas prioritárias. Então, se definia áreas prioritárias onde todos esses órgãos colocavam suas ações que tinham alguma relação. Para os próximos anos, nós invertemos essa lógica e colocamos as políticas públicas em direção não de áreas, mas onde políticas públicas pudessem acessar quem estivesse interessado em realizar o manejo florestal comunitário e familiar.

**O SR. JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS)** – Eu acho que a Cláudia tem razão de fazer a análise da capacidade instalada hoje no MDA, mas eu te confesso que não vejo nenhum sucesso, nunca haverá chance de funcionar manejo dentro do MDA. Então, ou o Estado Brasileiro assume de fato a criação de uma política robusta e instrumentaliza o Serviço Florestal para exercer o papel que a legislação o que o projeto inicial determina, ou nós vamos ficar brincando de fazer uma política de manejo que certamente já está muito diminuto. Pode ter um resultado, mas não vai conseguir ter um resultado tão abrangente quanto poderia ser. E quando você tinha uma política dentro do PPG7 com o ProManejo de fomento que tinha para o manejo, na ponta trabalhando com um infraestrutura, com recurso, se construiu bastante, se criou, tudo que nós temos hoje de manejo comunitário foi criado ali e foi um grande volume de informações, desde a gestão do recurso, através do Banco do Brasil, que fazia com que chegasse a 500 mil dólares e 500 mil reais na mão da comunidade até a questão da gestão das organizações. A minha organização, por exemplo, foi beneficiada completamente pelos financiamentos e monitoramento pelo ProManejo, eu profissionalizei minha equipe, nós viramos uma organização de elite porque senão não vinha a segunda parcela. Até a capacidade de gestão organizacional, foi um ganho. Tivemos o Banco do Brasil levando o dinheiro público e da cooperação internacional nas mãos das comunidades, coisa que nós temos hoje, jogamos fora para jogar dentro do BNDES toda essa tecnologia desenvolvida, nós desperdiçamos, e nós sabemos como fazer manejo hoje na Amazônia e sabemos como que dá certo e como não dá certo. Talvez algum piloto ali ou outro aqui vá funcionar, mas do ponto de vista de política nacional, nós retrocedemos. Eu acho que em nível de política pública, se de fato quisermos que venha a funcionar, nós já temos alguma receita. Acho que esse modelo disponível é muito frágil. Eu acho que se quisermos, de fato, fazer com que ele venha a funcionar nós temos que fazer inclusive o resgate do ProManejo 2 . Eu não tenho medo de usar o mesmo modelo, pois funcionou.

**O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (SBEF)** – Todo mundo sabe que para que a floresta tropical seja bem manejada por uma família ou a família é muito pequena, ou a floresta tem que ser de um bom tamanho. Senão não tem como se sustentar. Não há quem consiga sobreviver tirando o sustento de uma floresta em tamanhos como nós temos ouvido falar por aí, de cem hectares, duzentos hectares. Estou procurando, no mundo inteiro, um país que tenha sucesso na área florestal, em termos familiares, e que não subsidia a

floresta. Sinceramente, eu não encontrei. Temos que pensar em subsidiar a aquelas família que estão alocadas na floresta, que cuidam da floresta, para que elas não a destruam ou não permitam que se dilapidem a floresta. O subsídio que eu conheço é da seringueira que fica todo mundo brigando porque o subsídio que é dado ainda pouco. Na Europa todos ganham subsídios e é forte. Se nós acharmos essa fórmula de subsidiar o proprietário florestal, ele vai manter a floresta.

**O SR. JOBERTO FREITAS (SFB)** – Apresentação sobre o Inventário Florestal Nacional disponível no *site* do Serviço Florestal Brasileiro – [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br).

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – O Joberto tem todo um conhecimento e, quando ele explica o Inventário Florestal Nacional, coloca muito bem sua importância. Uma das grandes conclusões é que nós estamos discutindo floresta sem ter bons inventários florestais nacionais e com uma boa metodologia aplicada de levantamento, com qualidade e mostrando a relação da sociedade com essas florestas.

**O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA (SBPC)** – Na lei que está sendo alterada aí do Código Florestal, no PLC 30, que está lá em votação no Senado, eles colocaram um dispositivo que obriga a União a fazer o Inventário Nacional porque estabelece, inclusive, uma moratória de cinco anos para novos desmatamentos. É o gancho para que o Inventário Nacional faça parte do Plano Plurianual.

**O SR. CELSO PAULO DE AZEVEDO (EMBRAPA)** – No caso da Minas Gerais que fez seu próprio Inventário, pelo menos é o que nós temos conhecimento, houve problema metodológico? Nós temos acompanhado um pouco no Estado do Amazonas algumas iniciativas de estabelecimento de parcelas em vários locais e, hoje, em números bastante grandes, de novo esse resultado pode ser aproveitado ou não atende os princípios no caso do Inventário Florestal Nacional?

**O SR. JOBERTO FREITAS (SFB)** – Para o Inventário Nacional ser bom, confiável e ter algum valor, por exemplo, no âmbito internacional, tem que ter uma metodologia que seja padronizada, estatisticamente comparável e, principalmente, tem que ser feito regularmente dentro daquela mesma metodologia. Então, para o Estado, é lógico que as coletas de dados fora de outras metodologias são muito importantes e fazem parte do processo ao longo da história. Mas, a situação ideal é que nós tenhamos uma única metodologia, como é o caso do Inventário Florestal Nacional que seja feita pelo Governo, seja uma informação do Governo e a cada cinco anos. No caso dos inventários que já foram feitos, são dois aqui basicamente, que é o do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, pelo menos no caso do Rio Grande do Sul, não há nenhum impedimento do Estado em migrar para metodologia do Inventário Florestal Nacional e provavelmente também não haverá no Estado de Minas Gerais porque em nenhum desses dois casos, a informação que eles coletaram, será perdida. Agora, nenhum desses dois casos, a metodologia abrangeu as áreas de não florestas, como é o caso do Inventário Florestal Nacional. Quanto lá no Amazonas ter uma coleta de dados, nós desconhecemos. O Inventário é um instrumento estratégico e não de pesquisa.

**A SRª. CLÁUDIA RAMOS (SFB)** – Nós precisamos fazer uma propaganda grande sobre os benefícios do Inventário Florestal para o país. Porque, na verdade, hoje, a forma como nós estamos realizando o Inventário é a partir da iniciativa de um órgão que está interessado em vê-lo e sem ter o orçamento para tal. Não temos uma estatística nacional que nós possamos realmente utilizar de forma estratégica para o País. E, comparado a outros censos que nós já fazemos, como o censo demográfico que custa 2 bilhões de reais; nós estamos pedindo 150 milhões para fazer de cinco em cinco anos. Então, eu acho que isso realmente deveria ser uma coisa que o Estado brasileiro deveria abraçar com uma política nacional e fazê-lo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Agradece a participação de todos e encerra a reunião.